



NÚCLEO REGIONALIZADO "D"

**PRÉDIO ESCOLAR
ARISTIDES JOSÉ DE FREITAS**

**PRÉDIO ESCOLAR
JOSÉ DA SILVA CORREIA**



PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico

2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

COMISSÃO COLABORATIVA NUCLEAR DO PPP:

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Eliciane Souza Santana Veiga

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Aldinéia da Cruz Santos

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

Elisângela Nunes da Silva Carvalho

Jerusa Carvalho Teixeira

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES:

Luzia Reis da Silva

Maria Ferreira dos Santos

REPRESENTANTE DOS SERVIDORES DE APOIO ADMINISTRATIVO:

Michelle da Silva Fonseca

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL:

Edsandro Pereira de Souza

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. VISÃO

1.2. MISSÃO

1.3. VALORES

1.4. CARACTERÍSTICAS

1.5. LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.6. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

4. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

4.1. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

4.2. OS TEMAS INTEGRADORES

4.3. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR, DO ALUNO E DO(A) AUXILIAR DE ENSINO

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

5.2. ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAS

5.3. TRANSIÇÃO DO 2º PARA O 3º ANO

5.4. TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

6.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

6.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.4. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

6.5. A POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

6.6. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6.7. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



7. FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

7.1. COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

8.1. O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



HI NO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

*Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!*

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernanrdo da Silva

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico do Núcleo Regionalizado D é construído a partir da realidade educacional e social das comunidades atendidas pelo Prédio Escolar Aristides José de Freitas e pelo Prédio Escolar José da Silva Correia, instituições situadas no campo e comprometidas com a oferta de uma educação pública de qualidade, contextualizada e socialmente referenciada. Inseridas em um território marcado por saberes, práticas culturais e modos de vida próprios do campo, as escolas do núcleo assumem o compromisso de promover uma educação que respeite as especificidades locais, valorize a identidade dos sujeitos e contribua para a formação integral dos estudantes, em consonância com as diretrizes legais e pedagógicas vigentes.

No âmbito da Educação Infantil, o trabalho pedagógico prioriza o cuidado, o acolhimento e as interações, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, ativa em seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. As práticas educativas são organizadas de forma a garantir experiências significativas que favoreçam o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo, respeitando os tempos, as vivências e o contexto sociocultural das crianças do campo.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as escolas do Núcleo Regionalizado D concentram seus esforços na alfabetização, no letramento e na consolidação das aprendizagens essenciais, articulando os conteúdos curriculares às vivências do cotidiano rural, de modo a tornar o ensino mais significativo e próximo da realidade dos estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como uma importante política de garantia do direito à educação para aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade adequada. No Núcleo Regionalizado D, a EJA é desenvolvida com base nos princípios da educação do campo, respeitando as trajetórias de vida, os saberes construídos ao longo do tempo e as necessidades específicas dos educandos, promovendo práticas pedagógicas que valorizem a experiência, o diálogo e a emancipação dos sujeitos. Assim, o PPP do Núcleo Regionalizado D reafirma o compromisso das escolas com uma educação inclusiva, democrática e transformadora, que reconhece o campo como espaço de produção de conhecimento, cultura e cidadania.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Prédio Escolar José da Silva Correia

ENDEREÇO: Fazenda Queimadinha, S/Nº

CEP: 44673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

E-MAIL: escolajosedasilva22@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6505

CÓDIGO INEP: 29090237

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação do Campo

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial

INFORMAÇÕES GERAIS DO ANO LETIVO DE 2025:

Nº DE TURMAS: 03

Nº DE ALUNOS: 52

DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS (2025):

Turno	Etapa ou Modalidade	Quantidade de Alunos	Composição					
Matutino	Educação Infantil	08	Grupo 03		Grupo 04		Grupo 05	
			01		03		04	
Vespertino	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	11	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	
			02	04	01	02	02	
Noturno	Educação De Jovens E Adultos - Anos Iniciais	33	1º/2º Ano		3º Ano		4º/5º Ano	
			06		14		13	
Total da Alunos		52						

NOME: Grupo Escolar Aristides José de Freitas

ENDEREÇO: Comunidade do Ariri, S/Nº

CEP: 44673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural

TELEFONE: (75) 3239-6505

CÓDIGO INEP: 29090040

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação do Campo

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial Inclusiva

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: Classes Multisseriadas

INFORMAÇÕES GERAIS DO ANO LETIVO DE 2025:

Nº DE TURMAS: 01

Nº DE ALUNOS: 15

TURNO	ETAPA OU MODALIDADE	QUANTIDADE DE ALUNOS	COMPOSIÇÃO	
Vespertino	Educação De Jovens E Adultos - Anos Iniciais	15	3º Ano	4º / 4º Ano
			08	07
TOTAL DA ALUNOS		15		

Fonte: Sistema Informatizado de Matrícula Escolar da Rede Municipal

QUADRO DE PROFISSIONAIS (2025)

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Elisângela N. S. Carvalho	Professor	Licenciatura em Pedagogia
Marilene Neris Dos Santos	Professor	Licenciatura em Pedagogia
Jerusa Carvalho Teixeira	Professor	Licenciatura em Pedagogia
Gerusa Ferreira De Jesus Correia	Professor	Licenciatura em Pedagogia
Michelle Da Silva Fonseca	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio
Moisés Conceição Lima	Digitador	Ensino Médio
Maria Lúcia De S. Correia	Auxiliar de Ensino	Licenciatura em Pedagogia
Simone Neris Silva	Auxiliar de Ensino	Ensino Médio
Luciene De Oliveira C. Silva	Merendeira	Ensino Médio
Katia Dos Santos Almeida Ferreira	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Lucivania Alves Dos Santos	Merendeira	Ensino Médio Incompleto
Sueli Gonçalves Franco	Aux. De Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Ernane Santana Jesus	Profissional de Apoio	Ensino Médio Incompleto
Moisés Conceição Lima	Agente Técnico	Ensino Médio

1.1. VISÃO

O Prédio Escolar José da Silva Correia e o Prédio Escolar Aristides José de Freitas, que integram o Núcleo Regionalizado D, constituem-se como espaços educativos vivos, de convivência, diálogo e transformação social. Nesses ambientes, a aprendizagem é construída de forma significativa, promovendo o desenvolvimento humano, cultural e social dos estudantes, por meio de práticas que valorizam o respeito à diversidade, as experiências coletivas e o cotidiano dos alunos, fortalecendo sua identidade e o exercício da cidadania.

1.2. MISSÃO

A escola tem como missão promover um ensino significativo e uma aprendizagem integral, articulando o desenvolvimento das habilidades cognitivas às competências socioemocionais previstas no currículo. Dessa forma, busca formar sujeitos críticos, sensíveis e participativos, capazes de construir conhecimentos,

fortalecer valores humanos e contribuir de maneira consciente para o desenvolvimento social e coletivo da comunidade em que estão inseridos.

1.3. VALORES

Como valores que norteiam esta instituição, destacam-se: promoção da educação pública de qualidade como direito do cidadão;

- Valorização da cultura local; respeito às diferenças;
- Promoção do ensino e da aprendizagem em consonância com a prática pedagógica que norteia a instituição;
- Aprimoramentos com vistas à formação integral do ser humano;
- Observância aos princípios éticos e legais da educação; vivência da gestão democrática;
- Incentivo às inovações vivenciadas na sociedade contemporânea.

1.4. CARACTERÍSTICAS

São escolas de pequeno porte que acolhe crianças e adultos residentes nas localidades de Queimadinha, Cajueiro, Passarinho, Nova Brasília, Bebedouro, Varginha e Ariri, possibilitando acesso aos estudos no próprio meio em que vive, sem que haja deslocamento para a cidade. Nesse contexto, evidencia-se a experiência da educação do/no campo.

Em função do 'pequeno' número de alunos matriculados, e da estrutura física ainda em ampliação, a organização das turmas se dá no formato multisseriado, dentro das etapas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As localidades atendidas pelas escolas são habitadas por famílias que desenvolvem a pequena agricultura de subsistência, onde agricultores produzem para o próprio consumo, destacando-se o feijão como principal alimento da colheita, e o milho.

Como fonte de trabalho e renda da maioria dos pais, mães ou responsáveis pelos alunos, destacam-se: o trabalho na agricultura de subsistência, diaristas em

propriedades rurais, pequenos criatórios de animais e há casos de famílias que sobrevivem da aposentadoria de algum de seus membros.

Durante a elaboração deste PPP, na etapa de diagnóstico, foram aplicados questionários com uma amostra de 20% dos pais ou responsáveis das crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em número real absoluto, 5/24. Desse quantitativo, 80% informaram que exercem a profissão de lavrador.

Característico da comunidade, grande número de jovens, bem como pais de famílias, vai embora para cidades grandes em busca de trabalho no mercado formal.

A localidade de Varginha, especificamente, fica situada no limite entre o município de Anguera e o Distrito de Jaguará, que pertence a Feira de Santana. A região possui acesso em estrada vicinal de boa conservação para a cidade de Anguera e para a Estrada do Feijão (BA 052).

As atividades culturais observadas na abrangência destas localidades são as cavalgadas organizadas pelo próprio pessoal da comunidade. Em nível dos moradores, observam-se que algumas tradições foram se perdendo com o tempo e com a chegada da tecnologia, como a bata de feijão.

O Prédio Escolar José da Silva Correia e Aristides José de Freitas tem gestão administrativa e pedagógica diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação. Isso ocorre pelo fato de que a política de gestão da Secretaria de Educação para as escolas de pequeno porte localizadas no campo se dá com a nucleação por regiões, sendo que atualmente existem seis (06) Núcleos Regionalizados;

A gestão administrativa da escola tem à frente um Profissional da Educação designado pela Secretaria Municipal de Educação, ocupante do Cargo Comissionado.

Por sua vez, a Gestão Pedagógica é feita pelos Coordenadores e Supervisores Pedagógicos atuantes na Rede Municipal, em suas respectivas etapas de ensino ou modalidades. Considerando o fluxo do Ano Letivo de 2025, a escola conta com a atuação, ou cobertura, de 04 Supervisores Pedagógicos, especificamente: um (01) da Educação Infantil; um (01) do Ciclo da Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; um (01) do Ciclo Complementar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; e um (01) da Educação de Jovens e Adultos.

O Conselho Escolar foi criado no dia 28 de maio de 2025 tendo composição consoante às representações orientadas no artigo 4º da Portaria SEC Nº 15/2011. Esse primeiro mandato terá duração de 02 anos, e tem a seguinte composição:

NOME	REPRESENTANTE
Eliciane Souza Santana Veiga	Presidente
Michelle Da Silva Fonseca	Vice-Presidente
Aldineia Da Cruz Santos	Secretária
Elisângela N. S. Carvalho	Professor
Jerusa Carvalho Teixeira	Professor
Maria Ferreira Dos Santos	Estudante
Luzia Reis Da Silva	Estudante
Lucivania Alves Dos Santos	Pais
Simone Neris Silva	Pais
Luciene De Oliveira C. Silva	Funcionária
Katia Dos Santos Almeida Ferreira	Funcionária
Edsandro Pereira De Sena	Comunidade
Eliene Santana Dos Santos	Comunidade

Em termos de recursos financeiros, as escolas ainda não são unidades executora própria. Todo material que recebe, assim como os recursos pedagógicos e de apoio ao ensino, é utilizado os recursos do FUNDEB através da Secretaria Municipal de Educação. E o PDDE básico é recebido pela Prefeitura Municipal para dar um suplemento na parte pedagógica.

Em sua estrutura física, a escola José Correia compreende:

- 01 (um) pátio de entrada
- 01 (uma) sala de aula
- 01 (uma) cozinha
- 01 (um) sanitário de uso masculino
- 01 (um) sanitário de uso feminino
- 01 (uma) área cimentada para atividades de recreação

A Escola Aristides José de Freitas compreende:

- 01 (uma) sala de aula
- 01 (uma cozinha)
- 01 (um banheiro masculino/feminino)

A Escola Aristides funciona em um antigo posto de saúde desativado, a escola Original foi deteriorada pelo tempo, e acabou ruindo, mas as instalações do antigo posto comportam os alunos que ali estão matriculados e frequentando a escola.

1.5 LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A Senhora Luiza da Silva Fonseca, residente da comunidade de Queimadinha, filha do patrono da escola, informou que a construção do Prédio Escolar José da Silva Correia ocorreu em uma das gestões do Ex-Prefeito Armando Sophia Brandão.

As primeiras professoras da escola, segundo informação prestada por moradores da comunidade entrevistados durante a fase de diagnóstico para a elaboração desse PPP, foram: Profª Maria Angélica dos Santos, Profª Dionisia Pereira Correia e Profª Cristina Figueredo Gonçalves, essa última substituta.

José da Silva Correia foi homenageado como patrono da escola em razão de ter doado o terreno para que o prédio fosse erguido. O pedido foi feito pelo então pelo Prefeito Armando Sophia Brandão, para a esposa do Senhor José, a Senhora Umbelina de Aragão Correia. Segundo familiares entrevistados, o ex-prefeito alegou que “o ensino ficaria perto da casa dos moradores”. Conforme depoimento de Luiza da Silva Fonseca, uma das filhas do patrono, a doação foi feita com o acerto de que “uma pessoa da família iria trabalhar no prédio como funcionária”. Após esse “compromisso”, a construção foi iniciada.

No ano de 2014 a escola teve seu funcionamento paralisado, por não alcançar número satisfatório de crianças de séries correlatas para formar turma de maneira a evitar ou diminuir o ensino multisseriado. Foi um momento em que a Secretaria de Educação intensificou uma política de diminuição das turmas multisseriadas na Rede Municipal.

Com a paralisação das atividades, as crianças residentes na região tiveram matrícula encaminhada para a Escola Municipal Érico Sophia Brandão, na sede do município. A escassez de alunos em quantidade ideal para formar turmas com seriação independente foi o maior desafio enfrentado pela escola ao longo dos anos.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, ao invés de formar uma única turma reunindo alunos do 1º ao 5º Ano, ocorreria a fragmentação em duas

turmas, sendo uma de 1º e 2º Anos, reunindo crianças do Ciclo de Alfabetização, e outra de 3º ao 5º Ano, com crianças do Ciclo Complementar.

Emerge como outro desafio, relacionado ao momento atual, a carência por recursos tecnológicos na escola, para uso a favor da aprendizagem.

Quanto à linha histórica do currículo escolar, um grande desafio, nessa nova fase, será romper o ensino sistêmico voltado ao conteudismo, marca tradicional do processo de ensino e aprendizagem, sensibilizando a comunidade escolar para os desafios advindos do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), que propõe a formação integral do aluno, e, de forma conciliatória com a realidade da escola, sugere uma prática voltada à modalidade da Educação do Campo, visto a promoção da aprendizagem significativa aos alunos por considerar o habitat deles.

Prédio Escolar Aristides José de Freitas

Aristides era um agricultor que morava no povoado do Caldeirão, que com o passar do tempo foi conquistando o respeito dos moradores da região, foi um homem que fez muito pelos moradores, ajudou muitas pessoas das mais diferentes maneiras. Como naquela época não tinha escola na zona rural, o mesmo resolveu abrir as portas de sua casa para recepcionar aquelas crianças, concedendo a sala de sua casa para que funcionasse uma sala de aula.

Aristides faleceu muito jovem, vítima de um infarto fulminante, deixando 6 filhos. Com o passar do tempo foi doado um terreno para ser feita uma escola, naquela comunidade, e os moradores da região acharam por bem, fazer uma homenagem a quem fez muito pelo povo da sua região. Essa doação foi em 1978, teria sido o pai de um dos alunos que concedeu o terreno.

As primeiras professoras da escola, as senhoras Vera Freitas e Odete Freitas são noras do Sr. Aristides e as mesmas relataram que lecionaram durante muito tempo naquele Prédio Escolar e que os alunos só saíam de lá quando era para estudar em Anguera ou em Feira de Santana.

O antigo prédio da escola ruiu, porém, a prefeitura concedeu o espaço de um posto de saúde desativado bem próximo ao antigo Prédio, e em 2024 a escola voltou a funcionar com a Educação de Jovens e Adultos para os moradores da região.

1.6 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo fundamental para garantir a qualidade do ensino e a melhoria contínua das escolas de ensino fundamental. Segundo Libâneo (2013), a avaliação institucional consiste na análise sistemática das condições de funcionamento e dos resultados educacionais da escola, possibilitando o diagnóstico e o planejamento de ações que promovam o desenvolvimento integral da instituição.

Nas Escolas do Núcleo regionalizado D, a avaliação institucional deve ser compreendida como um instrumento de autoconhecimento e de orientação para o aprimoramento das práticas pedagógicas e administrativas. Para Silva e Souza (2018), “a avaliação institucional vai além da simples mensuração de resultados, envolvendo o compromisso com a transformação social e a promoção da equidade no ambiente escolar”.

Objetivos da Avaliação Institucional

- Diagnosticar as potencialidades e fragilidades da escola;
- Orientar a tomada de decisões e o planejamento pedagógico e administrativo;
- Promover a participação da comunidade escolar (professores, alunos, famílias e gestores);
- Monitorar o cumprimento dos objetivos educacionais e das políticas públicas.

Para uma avaliação eficaz e participativa nas escolas que integram o Núcleo Regionalizado D, recomenda-se a combinação de métodos quantitativos e qualitativos:

1. Análise documental: Revisão de relatórios, projetos pedagógicos, frequência dos alunos.

2. Questionários e pesquisas de satisfação: Aplicados a alunos, professores, pais e funcionários, para captar percepções sobre o ambiente escolar, a infraestrutura e a qualidade do ensino (Fidalgo, 2010).

3. Grupos focais e reuniões: Espaços de escuta ativa para discussão dos desafios e das propostas de melhoria, fortalecendo a participação democrática (Gadotti, 2011).

4. Observação direta: Acompanhamento das práticas pedagógicas em sala de aula e dos processos administrativos.

5. Autoavaliação da equipe escolar: Incentiva o compromisso coletivo com a qualidade e a responsabilidade compartilhada (Libâneo, 2013).

A avaliação institucional representa um momento estratégico para consolidar a identidade da escola, adaptando suas ações à realidade. Conforme Stufflebeam (2003), “a avaliação deve contribuir para a melhoria contínua, fornecendo informações claras e relevantes que subsidiem as decisões dos gestores escolares”. Em 2025, as escolas públicas de Anguera participaram da prova do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), uma avaliação externa aplicada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) que ocorre todos os anos com o objetivo de mensurar o desempenho dos estudantes da educação básica nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

Essa avaliação faz parte de um sistema mais amplo de acompanhamento da aprendizagem dos alunos da rede estadual e municipal e está alinhada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para garantir que os conhecimentos essenciais definidos para cada etapa da escolaridade sejam verificados de forma padronizada em todo o estado.

A finalidade principal do SABE é fornecer informações consistentes e periódicas sobre a situação do ensino e da aprendizagem nos municípios baianos, permitindo que gestores, professores e secretarias de educação identifiquem forças e desafios no processo educacional, comparem resultados entre escolas e regiões, e planejem políticas pedagógicas e ações de melhoria de forma mais precisa.

Também no ano de 2025, o município de Anguera realizou com destaque a 4ª edição da OBMEP Mirim, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas para os anos iniciais (do 2º ao 5º ano). 11 escolas da Rede Municipal de Ensino

participaram da etapa local, entre elas o Núcleo Regionalizado D, envolvendo de forma ampla e entusiasmada os estudantes dessa faixa etária.

A 2ª fase da OBMEP Mirim, realizada em 11 de novembro de 2025, mobilizou 98 alunos classificados na etapa anterior, que se destacaram nas provas de raciocínio lógico e competências matemáticas, sob acompanhamento de professores e coordenadores pedagógicos.

A OBMEP Mirim tem como objetivo incentivar o interesse pela Matemática desde os primeiros anos, estimular o raciocínio lógico, fortalecer a aprendizagem significativa e valorizar a dedicação dos alunos por meio de desafios que ampliam sua confiança e seu gosto pelo conhecimento.

O município também realizou nesse corrente ano a Avaliação SIGA (Sistema Integrado de Gestão da Avaliação) como parte do acompanhamento contínuo da aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino. As provas foram aplicadas no dia 29 de maio para os alunos do 5º e 9º ano, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos estudantes nos descritores de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, proporcionando indicadores que orientem ajustes imediatos no planejamento pedagógico e no trabalho em sala de aula.

A Avaliação SIGA é uma avaliação interna consolidada na política de acompanhamento educacional da rede, cuja finalidade é verificar os níveis de aprendizagem, identificar pontos fortes e dificuldades, e subsidiar intervenções pedagógicas contextualizadas e eficazes. Os resultados dessa avaliação permitem que gestores e professores tomem decisões mais assertivas sobre os objetos do conhecimento que precisam de reforço e adaptem suas práticas às necessidades reais dos estudantes.

Essa avaliação dialoga com as diretrizes da BNCC e consequentemente do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), pois busca garantir aprendizagens essenciais e promover o desenvolvimento integral dos alunos, articulando avaliação, ensino e currículo de maneira contínua e formativa.

A utilização dos dados do SIGA no planejamento pedagógico fortalece a cultura de monitoramento da aprendizagem no Núcleo Regionalizado D, contribuindo para uma educação mais equitativa, contextualizada e orientada pela realidade das turmas e das comunidades escolares.

Além disso, a avaliação fortalece a transparência e a corresponsabilidade entre os atores da comunidade escolar, criando um ambiente propício para o aprendizado e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA;

O **ser humano** é entendido como sujeito de aprendizagens, capaz de modificar e transformar o meio social. Novos conhecimentos, experiências e as relações mantidas são fatores que dão ao ser humano a condição de agente transformador da realidade. O desenvolvimento de competências torna o ser humano autônomo, oferecendo a condição de agir sozinho ou em grupo.

A escola necessita empreender esforços no sentido de se capacitar para oferecer a formação integral ao aluno, rompendo o ensino baseado no conteudismo e passando a compreender que o aluno é um ser em formação para atuar frente aos desafios da sociedade.

“É impreterível o desenvolvimento da criatividade, da criticidade, do raciocínio lógico, favorecendo a autonomia e a segurança do sujeito, que estará fazendo parte de uma sociedade mais digna, pois será um agente transformador da realidade e não apenas seu integrante”. Paula, Jairo de (Pag.167)

Os conhecimentos prévios que a criança traz da família e do meio em que vive, bem como o repertório com as experiências de vida que os adultos reúnem, são elementos que oferecem estímulos para a troca de experiências, incentivo a novas descobertas e consolidação de aprendizagens.

A escola deve se atentar para esse rico potencial a fins de valorizar e promover a aprendizagem significativa, despertar o prazer e a motivação no aluno, bem como exercer uma prática pedagógica que utiliza os diversos saberes como conhecimento prévio para introduzir, trabalhar e consolidar novos saberes.

Nos dias atuais a **sociedade** avança na busca pela conquista de direitos, respeito à diversidade, valorização cultural, em avanços científicos e tecnológicos, na interação da comunicação e no enfrentamento aos desafios econômicos que ao longo da história gera desigualdades sociais.

Por vezes a sociedade, em detrimento do ser, valoriza mais o ter. A escola é uma instituição que precisa romper essa visão a partir do exercício da democratização não só do acesso ao ensino, mas também aos instrumentos de aprendizagem, bem

como através do cumprimento do seu papel em formar agentes transformadores da realidade social. Esta sociedade mesmo diante uma gama de informações, não garante a todos os indivíduos acesso ao conhecimento, gerando desigualdades.

Diante dessa realidade vista, surge uma preocupação em relação à promoção da educação de forma a cumprir direitos exercitando os deveres. Neste sentido, pensa-se em uma educação que não apenas permita ao sujeito acesso ao conhecimento, à participação, mas principalmente propicie condições para que esse construa a sua cidadania.

Neste caminhar, a escola não pode fugir da escalada. Ela é a instituição responsável em reconhecer todo esse movimento de mundo e proporcionar instrumentos que capacite o sujeito aos desafios. Cabe à escola, a partir da consciência sobre seu papel, prezar pela garantia dos direitos de aprendizagens, zelar pela formação integral do aluno e, enfim, prepará-lo para os desafios que encontrarão na sua jornada.

“A escola precisa deixar de ser local onde se vai ensinar para ser local onde vai aprender... Aprender é um processo contínuo e inquietante de transformação... Caminhar, viver e trocar experiências, exercitar caminhos alternativos do pensamento, viver a emoção de descobrir e redescobrir, de descobrir-se e redescobrir-se... Aprender precisa motivar a curiosidade, o prazer de se sentir livre.” Freire, José Carlos Serrano (pag.162)

A cidadania é o exercício pleno que o ser humano faz dos seus direitos, e para fazer melhor, deve ser dotado de conhecimento, ter visão de mundo e disposição para agir. A escola promove e estimula essas características a partir da alfabetização acompanhada pelo letramento, da prática que incentiva a reflexão de ideias, o raciocínio e o pensamento lógico, do autoconhecimento da tomada de decisões.

Tanto na Educação Infantil, quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o currículo da escola contempla uma parte diversidade com características locais e regionais, onde devem se acentuar atividades de valorização da cultura e da diversidade humana.

Ressalta-se que o debate sobre a cultura e a diversidade humana atravessa o currículo, ou seja, está integrado a todos os componentes curriculares ofertados pela escola. Caberá ao professor identificar o momento ideal para abordar esse contexto. O ato de planejar requer talento para idealizar interações favoráveis à aprendizagem, consoante aos objetos de conhecimento a serem trabalhados, bem como a sintonia com as competências e habilidades.

A escola entende a **cultura** como um conjunto de hábitos, costumes, fatos históricos e manifestações diversas presentes na comunidade ao longo dos anos. São saberes populares, conhecimentos de vida que devem oferecer lastros para que, a partir destas experiências, a escola introduza as habilidades curriculares, exercitando o diálogo entre saberes. As manifestações da cultura local, sendo explorados, tornam-se conhecimentos prévios para escola na introdução dos saberes científicos.



E assim, a aprendizagem se torna significativa. Como fazer isso no chão da sala de aula? – Como dicas: a aplicação de sequências didáticas, aulas de campo (fora do ambiente escolar), desenvolvimento de projetos pedagógicos e outras metodologias de acesso a conhecimentos da comunidade local.

2.1. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

A escola é concebida como um espaço vivo de interação, pertencimento e transformação social, no qual a aprendizagem se articula ao desenvolvimento cultural e humano dos sujeitos que a constroem diariamente. Nesse sentido, o currículo assume caráter diversificado e contextualizado, dialogando com o cotidiano, as vivências e as identidades da comunidade escolar, de modo a fortalecer o sentimento de acolhimento e de reconhecimento dos estudantes. A identidade da escola se consolida, portanto, a partir de práticas educativas que valorizam a escuta, o diálogo

e a participação, compreendendo o processo educativo como uma ação coletiva e significativa.

Em consonância com as competências gerais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo Documento Curricular Referencial da Bahia e pelo Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, o ensino desenvolvido tem como princípio a formação integral do estudante. Isso implica promover aprendizagens que ultrapassem a dimensão cognitiva, contemplando também o desenvolvimento das competências socioemocionais, das atitudes, dos valores e da consciência crítica necessária para a atuação responsável e transformadora na sociedade. O planejamento pedagógico busca integrar os objetos de conhecimento aos temas contemporâneos e integradores de relevância social, favorecendo a construção de saberes contextualizados e significativos.

O processo de ensino e aprendizagem é mediado com base no respeito às singularidades, garantindo equidade, inclusão e atenção às necessidades específicas de cada estudante. A prática pedagógica considera o conhecimento cultural, a visão de mundo e o conhecimento científico como dimensões indissociáveis, articuladas ao fortalecimento das competências socioemocionais.

Dessa forma, a escola reafirma seu compromisso com a educação integral, promovendo uma aprendizagem significativa, contextualizada e orientada para a consolidação dos direitos de aprendizagem e das habilidades previstas no currículo, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente comprometidos.

O Núcleo Regionalizado D reconhece como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a **Feira do Conhecimento**, os **Jogos Escolares** e o **Concurso Escrita Criativa**.

A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um momento de exposição pública das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano nas unidades escolares, promovendo a interação entre estudantes, professores, famílias e a comunidade. Nesse evento, os alunos apresentam projetos, produções científicas, artísticas e culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o

pensamento investigativo e a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa.

A Feira também integra saberes curriculares com contextos sociais e culturais da cidade, contribuindo para a formação cidadã ao envolver a comunidade local na vivência escolar e ampliar oportunidades de aprendizagem colaborativa.



Os Jogos Escolares, implantados em 2016, são outra ação estratégica da rede municipal que valoriza a educação física e os esportes como instrumentos de socialização, respeito às diferenças, disciplina e trabalho em equipe. Ao promover competições esportivas abertas aos estudantes em diferentes modalidades, os Jogos estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a superação de desafios pessoais e coletivos, e o fortalecimento de vínculos entre escolas e entre estudantes de diversas áreas do município.

Essa prática possibilita também desenvolver habilidades socioemocionais, como resiliência, cooperação, fair play e autonomia, que são essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.

O Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra o conjunto de projetos educativos voltados para a promoção da leitura, da escrita e do letramento em todas as etapas do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Por meio da proposta de produção textual em diferentes gêneros, os estudantes são incentivados a ampliar seu repertório linguístico, a desenvolver pensamento crítico, sensibilidade e compreensão mais profunda de temas relevantes

para sua vida e para o coletivo. A participação no Concurso estimula a expressão pessoal e criativa dos alunos, consolidando práticas de leitura e escrita que são essenciais para o desempenho acadêmico e para a construção de uma cidadania plena.

Essas três iniciativas representam estratégias pedagógicas amplas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes do Núcleo Regionalizado D. Ao articular conteúdos curriculares com práticas culturais, esportivas e de comunicação, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem a inclusão e valorizam as múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico.

2.2. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

As escolas que compõem o Núcleo Regionalizado D — o **Prédio Escolar José da Silva Correia** e o **Grupo Escolar Aristides José de Freitas** — assumem uma concepção educativa que reconhece o mundo contemporâneo como um lugar onde ciência, tecnologia e trabalho se entrelaçam e configuram dimensões essenciais para a formação integral dos estudantes. Inseridas no contexto rural do município de Anguera, estas unidades escolares não apenas abraçam a função tradicional de transmitir conteúdos, mas se propõem a articular saberes escolares e saberes da vida no campo, valorizando a experiência comunitária e o potencial criativo de seus alunos para problematizar e intervir no mundo que os cerca.

A concepção de ciência aqui adotada parte do entendimento de que ela não é apenas um corpo de conhecimentos distantes da vida cotidiana, mas uma **forma de olhar, questionar, experimentar e compreender a natureza e a sociedade**. Nessa perspectiva, fenômenos que fazem parte do cotidiano rural — como o ciclo da água, o crescimento das plantas, a relação entre clima e produção agrícola — são portas de entrada para práticas científicas que despertam curiosidade, pensamento crítico e habilidades de investigação. Ciência, nesse sentido, não é algo a ser aprendido isoladamente, mas integrado aos contextos reais que cercam os estudantes da zona rural. Essa perspectiva dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e encontra eco no Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera, documento

que, busca justamente integrar as especificidades locais à formação integral dos estudantes.

Tecnologia, conceituada de modo amplo, refere-se tanto às ferramentas digitais que permeiam nossas vidas quanto aos conhecimentos técnicos que as comunidades do campo desenvolvem ao longo de gerações. No Núcleo Regionalizado D, a escola tem o desafio de incorporar tecnologias que favoreçam o aprendizado reconhecendo que o trabalho no campo e os saberes tecnológico tradicionais são parte vital da vida dos estudantes.



Ao fazer isso, as escolas fomentam nos alunos uma relação reflexiva com o mundo tecnológico: uma relação que valoriza a ética, a criatividade e a capacidade de resolver problemas de maneira colaborativa.

O trabalho, enquanto dimensão formativa, é entendido não apenas como preparação para ocupações futuras, mas como um espaço de aprendizagem na própria infância e juventude, no qual se desenvolvem responsabilidade, autonomia e cooperação. A educação no Núcleo Regionalizado D articula atividades que conectam teoria e prática; atividades de campo que exploram ecossistemas locais; e iniciativas que valorizam a produção agrícola familiar como objeto de estudo e de aprendizagem. Essa abordagem aproxima os estudantes da realidade produtiva de suas famílias e comunidades, destacando a importância de relações de trabalho que sejam sustentáveis, criativas e socialmente justas.

Documentos oficiais do município, orientam essas práticas ao fortalecerem a integração entre currículo formal e contexto sociocultural local, propondo que as escolas rurais articulem suas ações pedagógicas com as necessidades e potencialidades da comunidade em que estão inseridas.

A gestão compartilhada das unidades do Núcleo Regionalizado D favorece a construção de projetos que valorizam a ciência e a tecnologia como caminhos para a emancipação do pensamento e a construção do conhecimento situados nas realidades vividas por seus estudantes.

O Núcleo Regionalizado D propõe um modelo educativo que fortalece a identidade rural, aproxima escola e comunidade, e prepara seus estudantes para participar ativamente de um mundo em constante transformação, sem perder de vista suas raízes culturais e econômicas.

Ciência, tecnologia e trabalho, nesse sentido, se tornam não apenas conteúdo ou eixos curriculares, mas pilares de uma educação que se constrói no diálogo entre saberes escolares e saberes comunitários, assegurando que os estudantes do campo desenvolvam competências para pensar, criar e intervir no seu território com autonomia, ética e sentido de pertencimento.

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo do Núcleo Regionalizado D nasce do reconhecimento de que aprender é um ato profundamente humano, histórico e situado. As escolas **José da**

Silva Correia e Aristides José de Freitas, inseridas nas comunidades rurais do município de Anguera, assumem que a educação só cumpre sua função social quando considera os sujeitos que a constituem, seus modos de vida, suas relações de trabalho, suas territorialidades e suas formas próprias de produzir conhecimento.

Assim, o currículo é compreendido não como uma lista de conteúdos a serem cumpridos, mas como uma trama viva de experiências, permanentemente construída no diálogo entre escola, comunidade e mundo.

Essa concepção se apoia nos documentos normativos que orientam a educação brasileira: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), além dos marcos educacionais do município, como o DCRM, Plano Municipal de Educação de Anguera (PME), o Regimento Escolar Unificado e os respectivos planos de curso das unidades.

Tais documentos afirmam o compromisso com um currículo que respeite a diversidade, que promova equidade e que situe o estudante como protagonista de sua própria formação. O Núcleo Regionalizado D não apenas adere a esses princípios: ele os torna visíveis na prática cotidiana.

O fundamento central do currículo é a educação como direito e como prática social transformadora. Inspiradas em Paulo Freire, as escolas assumem que *“a leitura do mundo precede a leitura da palavra”*, o que significa que o currículo deve partir das experiências concretas dos estudantes do campo — suas vivências com a terra, o clima, os ciclos produtivos, as relações comunitárias e o trabalho rural. A escola, nesse sentido, funciona como espaço de sistematização crítica dos saberes que já circulam na comunidade, transformando-os em conhecimento escolar, científico e cultural.

As escolas do Núcleo Regionalizado D também se amparam na visão de Miguel Arroyo, que lembra que a educação deve superar a lógica da carência e reconhecer as comunidades rurais como territórios culturais, produtivos e políticos. Essa compreensão fundamenta um currículo que valoriza as identidades camponesas, evitando práticas que tentem “urbanizar” o estudante ou desconsiderar sua história.

Os princípios que regem o currículo do Núcleo Regionalizado D organizam-se em torno de três eixos estruturantes:

1. Pertencimento e identidade territorial. O currículo deve fazer sentido para quem vive no campo, dialogando com o cotidiano rural, com suas práticas produtivas, sua cultura, suas narrativas e seu modo de ser. Isso amplia o compromisso com uma educação que respeita a identidade dos estudantes e fortalece a relação entre escola e comunidade. A BNCC e o DCRB/DCRM reforçam que o currículo só é significativo quando considera a realidade concreta dos sujeitos.

2. Integração entre ciência, cultura e trabalho. Para além de conteúdos disciplinares, o currículo articula saberes científicos, tecnologias — tradicionais e contemporâneas — e práticas sociais ligadas ao trabalho no campo. Assim, estudar Matemática significa também compreender medições usadas na agricultura; estudar Ciências envolve interpretar fenômenos ambientais presentes no território; estudar Língua Portuguesa inclui trabalhar oralidades, relatos de memória e produções textuais ligadas ao contexto local. Saviani aponta que o currículo deve permitir ao aluno compreender o mundo para transformá-lo — e isso inclui seu próprio território rural.

3. Formação humana integral. O currículo busca desenvolver sensibilidade, criticidade, imaginação, responsabilidade e autonomia. Isso acontece porque a escola assume que educar não é apenas transmitir conhecimento, mas criar condições para que cada estudante descubra sua potência como sujeito. Vygotsky nos lembra que o desenvolvimento humano é obra da interação e da cultura; por isso, o currículo do Núcleo Regionalizado D aposta em práticas colaborativas, projetos integradores e vivências que ampliem o repertório sociocultural dos alunos, sem desconsiderar a riqueza da vida no campo.

A prática curricular, desse modo, não se reduz à seleção de aulas, mas envolve a organização dos tempos, dos espaços e das relações. Os planos de curso das escolas, alinhados ao PME e ao DCRB, incorporam atividades investigativas, pesquisas de campo, observação da natureza, entrevistas com moradores mais antigos, estudo das tecnologias agrícolas e projetos que integram ciência e cultura

local. Essa abordagem reconhece que os estudantes aprendem melhor quando o currículo dialoga com sua experiência concreta.

A escola, ao assumir essa concepção, afirma a educação do campo como um projeto político-pedagógico comprometido com a vida digna, com a autonomia intelectual e com o fortalecimento das comunidades rurais. Por isso, o currículo do Núcleo Regionalizado D não é apenas documento normativo; é compromisso ético, é ação coletiva, é testemunho de que aprender e viver no campo não é limitação, mas potência.

2.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um dos pilares fundamentais da educação pública de qualidade e está garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996, art. 14), que orienta as instituições de ensino a assegurarem a participação da comunidade escolar nos processos decisórios.

A gestão das Escolas do Núcleo Regionalizado D é realizada por um Profissional da Educação, tendo o Conselho Escolar como órgão auxiliar, que participa das decisões.

Podemos trazer como mecanismos de Gestão Democrática nas Escolas a serem utilizados para consolidar essa concepção nas escolas do Núcleo Regionalizado D, propõem-se os seguintes instrumentos e práticas:

1. **Conselho Escolar ativo:** espaço de deliberação e controle social das ações da escola, com representação de todos os segmentos.
2. **Reuniões pedagógicas participativas:** envolvendo professores na construção coletiva do currículo e das estratégias de ensino.
3. **Assembleias escolares:** com participação de alunos e comunidade, promovendo escuta e corresponsabilidade.
4. **Planejamento coletivo:** elaboração do PPP, planos de ação e projetos a partir do diálogo entre gestão e equipe escolar.
5. **Avaliação institucional participativa:** envolvendo todos os segmentos no diagnóstico e melhoria da escola.

As ações de gestão são norteadas pela avaliação institucional, que é de fundamental importância para refletir o funcionamento da escola, identificar necessidades e ser instrumento para o planejamento das ações da gestão.

3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Assumir a pesquisa como princípio pedagógico significa reconhecer que aprender é, antes de tudo, um movimento de curiosidade, investigação e descoberta. No Núcleo Regionalizado D, composto pelo Prédio Escolar José da Silva Correia e o Grupo Escolar Aristides José de Freitas, essa concepção ganha sentido especial porque nossos estudantes — sejam crianças pequenas, alunos do Ensino Fundamental ou jovens e adultos da EJA — vivem em um território onde o conhecimento emerge da própria terra, das práticas comunitárias e das experiências cotidianamente compartilhadas.

A pesquisa não é entendida como algo distante ou reservado ao ensino superior; ela passa a ser uma atitude permanente, uma forma de olhar o mundo. Paulo Freire lembrava que *“não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”*, pois o ato de aprender exige perguntar, comparar, duvidar, relacionar e criar sentidos.

Assim, desde o Grupo 2 da Educação Infantil, as crianças são estimuladas a observar fenômenos naturais, questionar o que veem explorar o ambiente e conversar sobre suas descobertas. Quando uma criança analisa a sombra das árvores, acompanha o crescimento do milho plantado pelas famílias ou observa o caminho das formigas, ela já está exercitando um modo investigativo de conhecer.



Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a pesquisa ganha estrutura mais explícita, sem perder a ludicidade. Os estudantes aprendem a levantar hipóteses, registrar informações, comparar dados e socializar seus achados com os colegas. Esses processos dialogam com a BNCC, que propõe competências investigativas em todos os componentes curriculares, e também com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), que incentiva práticas pedagógicas ancoradas na experimentação, na observação e no diálogo com o território.

Nesse contexto, o núcleo regionalizado D faz da comunidade um grande laboratório pedagógico: o clima, o solo, a cultura da mandioca, os ofícios tradicionais, as rezas, as festas de colheita e as histórias contadas pelos moradores mais antigos se tornam materiais vivos de investigação.

A EJA, por sua vez, encontra na pesquisa um caminho de valorização das trajetórias e saberes que cada estudante adulto traz consigo. Muitos deles já vivenciaram formas próprias de investigação empírica: calcular a melhor lua para plantar, observar o sinal da chuva no comportamento dos animais, medir distâncias na roça, registrar gastos familiares ou comparar preços na feira. Como ressalta Miguel

Arroyo, a educação de jovens e adultos deve reconhecer “os saberes da experiência feita”.

Assim, a pesquisa na EJA não se limita a conteúdos escolares; ela parte da vida real, retorna à vida real e a transforma. Quando um adulto investiga a qualidade da água de sua comunidade, quando registra memórias de trabalho agrícola ou quando compara tipos de solo para cultivo, ele está exercitando a pesquisa como prática de autonomia e emancipação.

As escolas que compreendem o Núcleo Regionalizado D assumem, na essência do ato de educar, duas **correntes pedagógicas**, nas quais busca apoiar suas práticas à teoria. São elas: corrente sócio-cultural e corrente cognitivista.

A **corrente sócio-cultural** se apoia na teoria defendida por Paulo Freire. As principais características são:

- O homem é sujeito da história, passa a conhecer o meio em que vive, age e é capaz de promover transformações;
- Professor e aluno interagem sobre as experiências vivenciadas no meio, estabelecendo relações dialógicas e dialéticas na construção do conhecimento;
- Aborda a cultura local e o contexto de vida na escola;
- Lança olhar sobre os múltiplos aspectos presentes no espaço escolar, preza pela organização e pelo funcionamento de todo apoio que possa garantir condições favoráveis ao ensino;
- Valoriza a inserção de temas geradores extraídos da realidade de vida dos alunos;
- Defende que o ensino aconteça em consonância ao contexto histórico social onde o aluno esteja inserido, a fins de dar significado à aprendizagem;
- Incentiva o desenvolvimento de postura crítico e reflexiva a partir do ensino;
- Facilita a investigação e a pesquisa, considerando as experiências de vida, compreendendo o aluno como um ser elaborador e criador de conhecimento a partir da interação com o meio, com objetos e com a ciência;

- Combate o sentimento de cultura dominante, prezando pelo respeito às diferenças, pela igualdade e pelas diversas culturas;

- Compreende mudanças da realidade prevista de forma consciente.

A **corrente cognitivista** se fundamenta nas concepções expostas por Jean Piaget, Emilia Ferreiro e Jerome Bruner. As principais características são:

- Facilitação da aprendizagem a partir dos esquemas mentais, onde o aluno associa novos conhecimentos a experiências ou à interpretação do mundo, a partir de um padrão de pensamento;

- Investigação do erro como um estágio para se chegar a conclusões acertadas;

- Cooperação mútua entre professor e aluno, cabendo ao professor oportunizar desafios estratégicos que passo a passo irão garantir a aprendizagem;

- Compreende o misto entre o individualismo e o interacionismo, ou seja, entende que cada aluno, individualmente, possui suas crenças, ideias e reflexões próprias, sendo que as ideias e/ou conclusões mais fortes ou mais avançadas são compartilhadas;

- Defende a teoria da prática experimental, ou seja, a utilização de atividades práticas e experimentos que proporcionem ao aluno o desenvolvimento de investigações e de aprendizagens dentro do contexto que vivencia;

- A avaliação da aprendizagem tem como objetivo diagnosticar se ao aluno aprendeu os conceitos básicos e essenciais, a partir da utilização de parâmetros.

Acredita-se que em função da diversidade de questões que requer diferentes olhares no cotidiano da escola faz com que a instituição adote concepções e ideias mescladas entre as correntes pedagógicas definidas. Uma, somente, não daria todas as respostas necessárias que se busca ter no ato de educar, diante de desafios já conhecidos, mas também frente a inovações e situações inesperadas que por vezes surgem.

Apesar de definir sua identidade a partir dessas duas correntes pedagógicas postas, o Núcleo Regionalizado D também vivencia ações e atitudes, como: focar nas necessidades individuais do aluno, ideia “montessoriana”, contemplando-o e ajudando-o em super desafios; e, de forma “humanista”, entende que o aluno é capaz

de ser protagonista em sua aprendizagem a partir da sua autonomia e autodeterminação, com o professor exercendo o papel de facilitador e motivador.

4.0 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico tem como norte o Plano de Curso, consoante ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), que por sua vez está em sintonia com o DCRB e com a BNCC.

O planejamento de ensino e a formação continuada dos professores ocorrem dentro da reserva de carga horária denominada como Atividade Complementar (AC), com um tempo de quatro (04) horas presenciais semanalmente e outras três (03) horas fora do ambiente escolar.

A organização do planejamento acontece com a utilização dos seguintes instrumentos:

- Plano de Aula;
- Plano para as Sequências Didáticas;
- Plano Estratégico para turma pós - pré-conselhos de classe.

A utilização desses instrumentos ocorre mediante a seleção do que será trabalhado na respectiva etapa letiva, e em consonância com o previsto no Plano de Curso, que por sua vez corresponde ao que prevê o organizador curricular do Documento Curricular Referencial Municipal.

4.1. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação, no contexto escolar, deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático e intencional que visa promover a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a ação pedagógica dos professores. Longe de ser um instrumento punitivo ou classificatório, a avaliação precisa estar a serviço do desenvolvimento integral do aluno e da melhoria da prática docente. Como defende Luckesi (2011), "avaliar é um ato de amor e de compromisso com o crescimento do educando".

Dentro dessa perspectiva, destacam-se quatro modalidades fundamentais de avaliação: **diagnóstica, formativa, somativa e comparativa**.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do ciclo letivo, de uma unidade ou de um conteúdo. Seu objetivo principal é identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor traçar estratégias pedagógicas mais eficazes.

A avaliação formativa é processual, contínua e orientada para o acompanhamento da aprendizagem durante todo o percurso escolar. Ela possibilita intervenções pedagógicas oportunas, permitindo que o estudante avance com autonomia.

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo ou período de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi aprendido em relação aos objetivos propostos. Ela se expressa por meio de notas ou conceitos e serve para tomadas de decisão institucionais, como promoção ou retenção.

Segundo Scriven (1967), a avaliação somativa é aquela que “sintetiza os resultados da aprendizagem, possibilitando julgamentos sobre a eficácia do processo”. No entanto, seu uso deve ser equilibrado e articulado às demais formas de avaliação para que não reduza o estudante a números.

A avaliação comparativa analisa o desempenho do estudante em diferentes momentos ou em relação a determinados padrões (internos ou externos). Essa modalidade deve ser utilizada com cautela para evitar práticas classificatórias ou excludentes. Como alerta Esteban (2002), “a comparação é válida se contribuir para a análise crítica do processo e para a tomada de decisões pedagógicas que respeitem as especificidades de cada realidade”

A avaliação para a aprendizagem deve reunir diferentes modalidades avaliativas de forma integrada e consciente, respeitando os tempos e os ritmos dos estudantes. A prática avaliativa deve ser coerente com os princípios do Projeto Político-Pedagógico da escola, orientada por critérios claros e voltada à valorização do percurso de cada aluno.

O Conselho de Classe da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas

vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

O **plantão pedagógico** é um momento institucional previsto no calendário escolar, destinado ao diálogo entre escola, professores, estudantes e famílias, com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma estratégia que permite a escuta ativa das dificuldades, avanços e necessidades dos alunos, promovendo o alinhamento entre as ações pedagógicas e o percurso individual de cada estudante.

Durante o plantão pedagógico, os professores disponibilizam horários específicos para conversar com os responsáveis, apresentar os resultados das avaliações, discutir o comportamento, o rendimento escolar e traçar estratégias conjuntas de apoio à aprendizagem. É, portanto, um espaço privilegiado de orientação, acolhimento e corresponsabilidade entre família e escola, contribuindo diretamente para o fortalecimento do vínculo escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Em conformidade com a legislação educacional vigente, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e implementar ações específicas de **recomposição da aprendizagem**, com foco nos estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações. Essas ações têm como objetivo garantir o direito à aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas intencionais, contínuas e adaptadas às necessidades dos alunos, de modo a recuperar e fortalecer os conhecimentos essenciais não consolidados ao longo do processo escolar.

A recomposição é prevista em 3 momentos, a priori, a primeira no começo do ano focando nas habilidades que não foram atingidas e foram reveladas com a avaliação diagnóstica; a segunda logo após o primeiro pré-conselho, onde é feito o levantamento da criticidade com base nos relatos dos professores, já o terceiro momento é feito logo após o segundo pré-conselho, dando assim a oportunidade desse aluno que não está atingindo de alguma forma as metas, conseguir que as habilidades e as competências sejam atingidas.

A Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Educação Infantil:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter as memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas.

Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”.

Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da auto reflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43).

Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.
- **Portfólio demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as

características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva. Estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo.

O momento oportuno é o plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil do Município de Anguera deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

Adentrando no cenário da Educação de Jovens e Adultos o estudante da EJA espera-se da escola uma prática pedagógica que dialogue com sua realidade de vida. Por isso, a avaliação de suas aprendizagens deve ir além dos conhecimentos acadêmicos ou sistematizados, valorizando também sua leitura de mundo, as experiências adquiridas ao longo da vida e o desenvolvimento de atitudes e habilidades necessárias à sua participação ativa na sociedade.

No que se refere à Avaliação do Rendimento Escolar na EJA, desde o Estágio I do 1º Segmento (equivalente ao 1º ano do Ensino Fundamental), a avaliação é expressa por notas que vão de zero a dez, seguindo os princípios da Avaliação Somativa. No entanto, os instrumentos avaliativos utilizados devem ser elaborados pelo professor com foco prioritário na Avaliação Formativa, que valoriza o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, visando não apenas o domínio do conhecimento acadêmico, mas a formação integral do sujeito para o exercício pleno da cidadania.

No período de 01 a 18 de julho de 2025, a Rede Municipal de Educação de Anguera mobilizou-se de forma articulada e intensa em torno do **Projeto Alfabetiza**, uma ação pedagógica ampliada que envolveu toda a rede, incluindo as escolas do Núcleo Regionalizado D. Lançado pela Secretaria Municipal de Educação, o projeto consistiu em uma força-tarefa focada em fortalecer a alfabetização de estudantes que

apresentavam dificuldades no processo de aquisição da leitura, da escrita e do letramento, buscando garantir progressos significativos na consolidação das bases alfabéticas e da comunicação escrita.

A importância do Projeto Alfabetiza transcende o calendário escolar de julho: ele representa um compromisso com o direito à alfabetização plena, que é alicerçado tanto pelos documentos normativos da Educação.

Dentro de um contexto onde a alfabetização é entendida como elemento central para a permanência e avanço escolar, a ação orientou escolas a identificar os estudantes em processo de alfabetização, planejar atividades direcionadas e implementar oficinas de letramento e práticas de recomposição das aprendizagens, com o envolvimento de professores, auxiliares pedagógicos, psicopedagogos e da própria comunidade escolar.

Além de promover a recomposição das aprendizagens, o Projeto Alfabetiza também contribuiu para impulsionar a discussão e o planejamento de políticas públicas locais, fomentando a construção de uma política municipal de alfabetização mais estruturada e sustentável.

4.2 OS TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores do Núcleo Regionalizado D constituem uma dimensão essencial da formação dos estudantes, pois permitem que a escola dialogue com as urgências do presente, com os direitos fundamentais, com a vida comunitária e com as transformações sociais que atravessam o território rural de Anguera.

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), **com a** Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, os temas integradores ampliam o currículo, oferecendo oportunidades para que as aprendizagens ultrapassem as fronteiras disciplinares e se conectem à vida concreta dos estudantes.

O Núcleo Regionalizado D reconhece que a escola não pode ignorar as questões estruturantes da sociedade. Por isso, trabalha de forma articulada os

seguintes temas: Educação em Direitos Humanos; Educação para a Diversidade; Educação para o Trânsito; Saúde na Escola; Educação Ambiental; Educação Financeira e para o Consumo; Cultura Digital; Educação Fiscal. Cada um deles funciona como eixo transversal que atravessa os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, permitindo que a aprendizagem seja contextualizada, reflexiva e socialmente significativa.

Esses temas são sustentados por dispositivos legais e orientadores que os reconhecem como essenciais para a formação cidadã. A LDB destaca que a educação deve promover “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, sendo os temas integradores caminhos potentes para alcançar tais finalidades.

A BNCC reafirma esse compromisso ao incluir competências gerais relacionadas à empatia, responsabilidade, argumentação, consciência ambiental, saúde integral, cultura digital e autonomia financeira.

No âmbito do estado da Bahia, o DCRB reforça a importância de um currículo que considere a diversidade cultural, social e territorial, garantindo que estudantes do campo sejam formados para compreender e intervir na realidade em que vivem. O DCRM, por sua vez, orienta o município a integrar esses temas às práticas pedagógicas de maneira contínua, sensível e coerente com o contexto local.

Nesse sentido, a **Educação em Direitos Humanos** atravessa todo o currículo, reafirmando a dignidade e a igualdade como fundamentos éticos da escola.

A **Educação para a Diversidade** reconhece as identidades, culturas e valores que compõem o povo de Anguera, garantindo respeito às diferenças.

A **Educação para o Trânsito** dialoga com a realidade rural, onde deslocamentos por estradas vicinais e o uso de transportes coletivos e agrícolas fazem parte da vida diária.

A **Saúde na Escola**, por sua vez, promove práticas de autocuidado, prevenção e bem-estar físico e emocional, especialmente importantes em comunidades que nem sempre têm acesso a serviços de saúde contínuos.

A **Educação Ambiental** se torna essencial em um território onde a relação com a terra é direta, cotidiana e vital para as famílias. Ela não trata apenas de preservação, mas de compreender os ciclos da natureza, a sustentabilidade das práticas agrícolas e a responsabilidade coletiva pelo cuidado do ambiente.

A **Educação Financeira e para o Consumo** dialoga com a economia rural, estimulando práticas conscientes, planejamento, uso responsável de recursos e solidariedade econômica.

Já a **Cultura Digital** amplia horizontes, conectando estudantes do campo a novas linguagens, ferramentas e modos de aprender, sempre de forma crítica e ética.

Por fim, a **Educação Fiscal** ensina a compreender o papel dos tributos, a função social do Estado e a importância da participação cidadã — conhecimentos essenciais para que jovens e adultos se percebam como sujeitos de direitos.

Ao integrar esses temas ao currículo, o Núcleo Regionalizado D reafirma que a escola é espaço de formação cidadã e de construção coletiva de saberes capazes de transformar a realidade. A abordagem transversal permite que crianças, jovens e adultos da EJA se reconheçam como protagonistas, capazes de investigar, interpretar e agir sobre o mundo.

Os temas integradores não são conteúdos extras, mas **horizontes educativos** que dão sentido ao aprender, especialmente em uma escola do campo que se compromete com a justiça social, com a valorização do território e com a formação de sujeitos críticos, sensíveis e atuantes.

4.3. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR /ALUNO E AUXILIARES DE ENSINO

Perfil da Docência: O professor que atua no Núcleo Regionalizado D precisa ser mais do que um transmissor de conteúdos: deve ser mediador cultural, investigador de sua própria prática, apoiador da educação do campo e intelectual comprometido com a transformação social. A docência, nesse contexto, exige

conhecimentos pedagógicos sólidos, sensibilidade para a diversidade e consciência crítica sobre o papel da escola como instituição social.

A LDB e a BNCC já delineiam competências profissionais gerais, mas, no contexto da educação do campo, é necessário ir além. Como defendem Arroyo e Caldart, o professor do campo deve compreender profundamente o território, as relações produtivas, os saberes comunitários e a dinâmica da vida agrária. Isso significa que a docência não se encerra na sala de aula: ela se amplia para o terreiro, para a roça, para a feira, para a memória das famílias e para a oralidade compartilhada entre gerações.

O professor esperado é aquele que adota postura investigativa, que planeja considerando o território e que compreende a pesquisa como forma de conhecer o aluno e o contexto. Deve ser capaz de articular saberes científicos e saberes tradicionais, respeitando a diversidade de ritmos, linguagens e formas de aprender.

O professor esperado pelo Núcleo Regionalizado D é reflexivo, crítico, criador. É alguém que não apenas ensina, mas aprende com a comunidade; alguém que dialoga com crianças, jovens e adultos da EJA com igual respeito; alguém que reconhece, valoriza e potencializa os saberes que emergem da terra. É, por fim, alguém que acredita que educar no campo é educar para a dignidade, para a autonomia e para a transformação social.

Perfil do Estudante: O estudante do Núcleo Regionalizado D é concebido como sujeito histórico, portador de identidade territorial e de saberes que emergem das práticas comunitárias, das relações com a terra e das experiências do trabalho cotidiano. Inspirados em Paulo Freire, reconhecemos que o aluno do campo traz consigo uma leitura inicial do mundo, construída antes mesmo da leitura da palavra.

Daí a importância de valorizá-lo como protagonista, alguém que chega à escola não como página em branco, mas como portador de memórias, observações, técnicas, crenças e modos próprios de explicar a vida.

Espera-se, portanto, que os alunos desenvolvam competências que articulem criticidade, sensibilidade e autonomia. Isso inclui a capacidade de observar a realidade, formular perguntas sobre os fenômenos naturais e sociais que vivenciam,

compreender as dinâmicas ambientais que sustentam a comunidade e reconhecer os desafios e potencialidades de seu território.

O perfil esperado não se limita ao desenvolvimento cognitivo; envolve também aspectos socioemocionais, culturais e éticos. Espera-se que o aluno seja capaz de conviver com o diverso, participar de processos participativos, cuidar do ambiente em que vive e agir com responsabilidade coletiva.

O aluno esperado é curioso, capaz de investigar; é colaborativo, capaz de construir com o outro; é criativo, capaz de imaginar novas soluções para desafios antigos. E, sobretudo, é sujeito de direitos, capaz de visualizar-se como parte da história da comunidade e como agente transformador da realidade rural.

Perfil do(a) Auxiliar de Ensino: O mesmo que atua no Núcleo Regionalizado D deve apresentar um perfil ético, colaborativo e comprometido com o processo educativo, atuando como apoio direto ao trabalho pedagógico do professor e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Espera-se que seja um profissional atento às diferentes realidades e ritmos de aprendizagem, com postura acolhedora, responsável e respeitosa, capaz de contribuir para a organização da rotina escolar, o acompanhamento das atividades em sala de aula e o cuidado com os alunos, especialmente aqueles que demandam maior atenção. Deve demonstrar disponibilidade para o trabalho em equipe, seguir as orientações pedagógicas e administrativas da unidade escolar e do Núcleo, além de manter uma postura proativa, sensível e comprometida com os princípios da educação pública de qualidade, inclusiva e humanizada.

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

Valoriza a descoberta das experiências do mundo ao redor, o brincar, o desenho, o mundo lúdico da aprendizagem e inicia o processo de alfabetização. São explorados os direitos de aprendizagem, dentro dos campos de experiências.

5.2. ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

A expectativa é garantir a alfabetização das crianças até o 2º Ano do Ensino Fundamental, que constitui o Ciclo da Alfabetização.

O 3º Ano do Ensino Fundamental se concebe como um ano transitório, de consolidação de habilidades relacionadas ao letramento, bem como à sociedade e à natureza, para que o aluno possa reunir conhecimentos prévios para consolidar novas aprendizagens, no 4º e no 5º Ano.

5.3. TRANSIÇÃO DO 2º ANO PARA O 3º ANO

A expectativa é ocorrer com a garantia da alfabetização da criança, tornando-se confortável o aprofundamento na aprendizagem das habilidades iniciadas, bem como em relação AA verificação dos conhecimentos prévios para a introdução de novas habilidades.

5.4. TRANSIÇÃO DO 5º ANO PARA O 6º ANO

A expectativa é que ocorra concomitantemente à consolidação das habilidades essenciais previstas até o 5º Ano, nos diversos componentes curriculares. Deve-se explorar a autonomia do aluno, no ano de conclusão dos anos iniciais, como forma de preparação para um ritmo mais dinâmico do ensino e da aprendizagem, mediante o futuro contato com maior número de professores.

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

O Núcleo Regionalizado C compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família.

É importante ressaltar que precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Assim, na busca pela valorização das diferenças o serviço da Educação Especial é ofertado com o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais, assim como nas Salas de Recursos. Que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos

Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar).

Em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos nossas escolas visam assegurar às pessoas com necessidades especiais os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social, a condição de participação na vida comunitária sem nenhum tipo de discriminação.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela (1995, p. 34) afirmam que:

[...] refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é em função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

Nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) 2020 lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502, na qual inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade.

No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguarda a importância do atendimento educacional especializado que

se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor.

Por isso, a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

Segundo Magalhães (2002, p. 25), a maneira de concebermos a pessoa com deficiência é importantíssimo, afinal, “[...] repensar nossas próprias concepções, preconceitos e atitudes com relação à pessoa com deficiência é o primeiro passo no sentido de construir práticas pedagógicas, de fato, inclusivas”.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo, lhes facilitar a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo com deficiência seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender. Portanto, o município necessita de uma formação voltada à capacitação de professores para trabalhar com esse público especial.

No entanto para que a escola possa garantir o acesso e permanência a uma educação de qualidade para esses educandos, deve-se investir em tarefas partilhadas com todos que estão envolvidos no processo educacional. E para tornar o trabalho de inclusão eficaz, é necessário firmar parcerias com voluntários, instituições, e especialistas em diversas áreas, a fim de dar suporte e segurança para lidar com várias situações ocorridas.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita.

6.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

O Prédio Escolar José da Silva Correia e o Grupo Escolar Aristides José de Freitas foram reabertos objetivando a oferta da Educação no Campo para as crianças residentes na área geográfica abrangente. Concebe a Educação no Campo como uma modalidade de ensino que valoriza os saberes raízes do próprio habitat do aluno, as experiências de vida e a preparação para os desafios inerentes aos que enfrentam as famílias residentes no campo, nas localidades atendidas.

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto. Um passo importante nesse sentido é a consolidação e valorização da cultura do homem do campo fazendo com que este não seja mais dependente ou submetido, mas sujeito para a reflexão sobre a realidade em que está inserido.

É importante salientar que o Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas

urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

Ancorados no pensamento em destaque, nossas escolas que compõem o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera, que promove dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola. Assim, levando em consideração o contexto de Educação do/no Campo concebemos que a Educação do/no Campo vai muito além da localização espacial das instituições de ensino.

Pautados ainda, nas orientações da LDBEN, procuramos oferecer uma ensino pautado, não apenas nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso trabalho pedagógico, mas também procuramos incluir, junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos alunos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o objetivo de formar pessoas capazes de reconhecer o seu valor como sujeito social, e que possam contribuir com a transformação do seu meio social.

Nas escolas do Núcleo Regionalizado D, inseridas em comunidades rurais de Anguera, o trabalho pedagógico busca unir teoria e prática, valorizando o território, a cultura e as experiências de vida dos estudantes. Nossas atividades são planejadas de modo a integrar os objetos de conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos, às histórias e às tradições que fazem parte da identidade da comunidade. Esse movimento fortalece o sentimento de pertencimento e aproxima o currículo da vida cotidiana dos educandos.

Em sala de aula, procuramos inserir temas relacionados às políticas públicas, aos direitos e deveres e às bases legais que sustentam a Educação do Campo, estimulando os estudantes a refletirem sobre sua participação na escola e na sociedade. Também incentivamos que conheçam e valorizem suas histórias familiares e comunitárias, reconhecendo as lutas e conquistas de seus ancestrais, compreendendo que são herdeiros de trajetórias de resistência e dignidade.

Como parte desse reconhecimento foi feito no ano de 2025 o **Desfile da Independência** passando pelos arredores da escola, fazendo com que a comunidade participasse daquele momento tão especial, foi um passo dado que envolveu a todos e os próprios participantes perceberam não precisam sair da sua comunidade para exercer atividades que comumente só é visto na sede.

O planejamento é construído com as especificidades local, com envolvimento dos docentes, buscando formas inovadoras de ensinar e aprender. Em todas as atividades, buscamos enaltecer a cultura do campo e destacar elementos significativos da realidade dos estudantes, promovendo reflexões sobre aspectos sociais, políticos e históricos que fazem parte de sua vida.

Ao mesmo tempo, fortalecemos as relações entre os educandos, reconhecendo que aprender a conviver prepara para o trabalho, para a comunidade e para o exercício da cidadania.

Assim como em qualquer modalidade de ensino, utilizamos metodologias variadas que favoreçam o desenvolvimento pleno do aluno, considerando suas necessidades, ritmos e características individuais, garantindo a permanência e o aprendizado no contexto rural. Para isso, realizamos ações de acolhimento às famílias, explicando a importância da participação na vida escolar, mesmo quando alguns pais ou responsáveis não dominam a leitura e a escrita; orientamos que acompanhem, incentivem e se aproximem do processo educativo de seus filhos.

Trabalhamos com rótulos e embalagens para discutir alimentação, meio ambiente e saúde; analisamos expressões linguísticas próprias da comunidade, diferenciando linguagem formal e informal e combatendo o preconceito linguístico; desenvolvemos atividades relacionadas ao “mercadinho”, explorando consumo, custo

de vida, organização financeira e valor nutricional dos alimentos. Abordamos também o tema do trabalho, relacionando-o ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao orçamento familiar do campo, comparando dados da zona rural com a realidade urbana.

Todas essas ações têm como foco principal garantir que os estudantes do Núcleo Regionalizado D aprendam a partir de sua própria realidade, sintam-se valorizados em sua identidade e desenvolvam habilidades que lhes permitam viver e transformar o lugar onde estão inseridos.

6.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação.

Consequentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A EJA do Núcleo Regionalizado D está ancorada na:

- **LDB – Lei nº 9.394/1996**, que garante seu caráter formativo e compensatório;
- **Parecer CEB nº 11/2000**, que define suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, conforme esclarecido por Soares (2002);
- **Resolução CNE/CEB nº 01/2021**, que regulamenta a modalidade e sua integração à BNCC;
- **Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025**, que atualizam forma de oferta, reconhecimento de saberes prévios e parâmetros de certificação;
- **Portaria Municipal nº 013/2010**, que regulamenta a oferta da EJA em Anguera;

- **OCEJA/Anguera (2024)**, referência oficial para planejamento pedagógico.

A Educação de Jovens e Adultos desenvolvida no Núcleo Regionalizado D — que atende comunidades rurais e populações tradicionalmente excluídas dos processos formais de escolarização — pauta-se pelo princípio do direito à educação ao longo da vida e pela valorização das trajetórias, saberes e experiências acumuladas pelos estudantes. Essa política integra diretrizes nacionais, estaduais e municipais, dialogando diretamente com a LDB, a BNCC, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o Documento Curricular Municipal (DCRM) e as normativas federais que regulamentam a modalidade.

A EJA ofertada no território do Núcleo Regionalizado D guarda dupla função: **recompor trajetórias escolares interrompidas e promover processos formativos emancipatórios**, capazes de fortalecer tanto as competências previstas nos documentos curriculares quanto a leitura crítica da realidade social, produtiva e cultural do campo. Assim, além de reparar desigualdades históricas, a modalidade tem caráter transformador, ampliando possibilidades de participação cidadã, autonomia e inserção digna no mundo do trabalho rural e urbano.

A concepção pedagógica que orienta esse trabalho reconhece o estudante jovem, adulto ou idoso como sujeito ativo, produtor de saberes e portador de experiências que constituem um patrimônio formativo valioso.

Esse entendimento está alinhado às Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação para a EJA, expressas na Resolução CNE/CEB nº 01/2021 e aprofundadas pelas Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025. Tais normativas reforçam que o currículo da modalidade deve articular-se à BNCC, considerar o reconhecimento formal e pedagógico das experiências prévias e respeitar a pluralidade de formas de oferta, incluindo propostas presenciais, semipresenciais e, quando justificado, atividades remotas acompanhadas por docentes.

No âmbito estadual e municipal, a organização da EJA segue o Organizador Curricular da EJA da Bahia (OCEJA/BA) e o Organizador Curricular Municipal (OCEJA/Anguera), documentos que orientam a distribuição dos conteúdos,

competências e objetivos formativos por segmentos, além de oferecerem matrizes e parâmetros para a elaboração dos Planos de Curso das unidades escolares do Núcleo Regionalizado D. As aprendizagens previstas para cada segmento precisam dialogar com o território rural, com as formas de trabalho presentes na comunidade, com os saberes oriundos da agricultura familiar e com as dimensões culturais que estruturam o cotidiano

A implementação da EJA inicia-se com um diagnóstico inicial individual, que identifica trajetórias escolares, conhecimentos construídos no trabalho e na vida comunitária, demandas de aprendizagem e limitações relacionadas à rotina produtiva. Esse diagnóstico fundamenta toda a organização curricular e metodológica da turma.

As práticas pedagógicas devem privilegiar:

- sequências didáticas contextualizadas ao território rural,
- projetos integradores relacionados à agricultura, sustentabilidade, economia familiar, memória comunitária e cultura local,
- metodologias ativas que estimulem autonomia e protagonismo,
- atividades interdisciplinares que articulem leitura de mundo, oralidade, registros de pesquisa e estudo de fenômenos sociais e naturais,
- uso contínuo dos Diários de Acompanhamento do Percorso Formativo, que registram evoluções, dificuldades, avanços e necessidades de recomposição de aprendizagem.

A oferta da EJA no Núcleo Regionalizado D inclui flexibilidade de horários e, quando fundamentado pelas normativas municipais, a possibilidade de atividades não presenciais monitoradas, fundamentais para estudantes que conciliam estudos com trabalho agrícola sazonal. Nessas situações, são utilizados portfólios de aprendizagem, módulos pedagógicos e acompanhamento docente presencial e remoto (visitas às famílias, plantões pedagógicos, orientações individuais), garantindo continuidade formativa.

Os conteúdos e práticas devem seguir estratégias como:

- integração das experiências de vida e dos saberes práticos dos estudantes às situações de aprendizagem;

- diálogo entre conhecimentos essenciais e formação social crítica;
- estudos sobre aspectos culturais, identitários, territoriais, étnico-raciais e ambientais do campo;
- atividades voltadas ao desenvolvimento socioemocional e fortalecimento da autoestima;
- incentivo à pesquisa como prática pedagógica investigativa e participativa.

As funções da EJA — reparadora, equalizadora e qualificadora — assumem especial relevância no campo, onde desigualdades históricas impediram que muitas pessoas tivessem acesso, permanência e continuidade escolar. Recuperar esse direito significa reconhecer a dignidade ontológica desses sujeitos e promover sua inserção plena como cidadãos, trabalhadores e membros ativos da comunidade.

Os jovens e adultos atendidos pelo Núcleo Regionalizado D carregam consigo histórias de vida marcadas pelo trabalho agrícola, pela participação familiar e comunitária e por uma relação direta com o território. Esses sujeitos possuem uma leitura de mundo construída pelo ver e pelo fazer, por experiências práticas que, quando reconhecidas e valorizadas, tornam-se fundamento para aprendizagens significativas. A EJA, portanto, constitui-se como espaço de reconstrução de trajetórias, afirmação de identidades e ampliação de horizontes.

6.4. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O Núcleo Regionalizado D entende que a escola do campo é um espaço privilegiado de construção identitária, diálogo intercultural e valorização das diferentes matrizes que formam o povo brasileiro. Nesse horizonte, a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais constitui-se como diretriz estruturante do Projeto Político-Pedagógico, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA e pelo ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e Indígena, instituído pela Lei nº 10.639/2003 e reforçado pelas normativas subsequentes.

No âmbito municipal, Anguera conta com a Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Quilombolas (PEENERQ), que refina a política nacional e

a aproxima das realidades locais, especialmente do contexto rural em que as escolas do Núcleo Regionalizado D estão inseridas. Essa política reconhece a presença marcante de famílias negras no campo, suas práticas agrícolas ancestrais, seus rituais, narrativas e modos de vida transmitidos oralmente, constituindo um patrimônio cultural que precisa ser preservado, estudado e valorizado.

A EREER, portanto, não se reduz à inclusão de conteúdos curriculares. Ela se expressa na forma como a escola organiza suas práticas pedagógicas, suas relações internas e seus modos de ler o mundo. Trabalhar com EREER significa:

- promover a compreensão crítica da formação histórica do Brasil e do papel estruturante da população negra e indígena;
- valorizar tradições culturais, linguagens e saberes ancestrais presentes nas comunidades rurais;
- reconhecer o território como espaço de memória e resistência;
- dialogar com famílias e lideranças comunitárias para fortalecer práticas educativas contextualizadas;
- favorecer experiências de aprendizagem que tornem visível a pluralidade cultural que constitui o campo.

Assim, a política de EREER reafirma o compromisso ético da escola com a construção de uma educação que respeita, acolhe e celebra a diversidade, fortalecendo identidades e promovendo justiça histórica.

6.5 POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Enquanto a EREER orienta o currículo e a formação cultural dos estudantes, a Política Antirracista estabelece o compromisso explícito da escola de enfrentar o racismo como estrutura social que produz desigualdades no presente. A escola do campo reconhece que o racismo não é um acontecimento isolado, mas um sistema que atravessa oportunidades, narrativas, relações e acessos — e que, portanto, exige ação institucional contínua.

A Política Antirracista fundamenta-se em princípios de equidade, dignidade humana e responsabilidade social. Ela se materializa nas práticas escolares por meio

de ações deliberadas que visam prevenir, identificar e combater práticas discriminatórias, garantindo espaços onde todos os estudantes — crianças, jovens, adultos e idosos da EJA — sintam-se seguros, respeitados e representados.

Entre os compromissos assumidos pela política antirracista estão:

- revisão crítica de materiais didáticos e práticas pedagógicas para identificar e eliminar estereótipos raciais;
- promoção de ações afirmativas no ambiente escolar e nos processos de gestão;
- formação continuada dos docentes com foco em enfrentamento ao racismo institucional e epistemicida;
- estímulo ao protagonismo estudantil em debates e ações relacionadas a direitos, identidade e igualdade racial;
- acolhimento sensível e não punitivo de denúncias de racismo, com encaminhamentos pedagógicos e institucionais;
- integração da luta antirracista à cultura escolar, ultrapassando eventos pontuais e tornando-se prática cotidiana.

A perspectiva antirracista reforça que a escola é lugar de transformação social e que combater o racismo é condição para garantir o pleno exercício do direito à educação. No contexto rural, onde a população negra tem papel histórico na produção da vida comunitária, essa política assume ainda mais força, pois reconhece e protege corpos, memórias e trajetórias que foram sistematicamente invisibilizadas.

Assim, a política antirracista do Núcleo Regionalizado D afirma que educar é também reparar, resistir e reconstituir dignidades. Em diálogo com a EREER e com a PEENERQ, ela faz da escola um território que reconhece ancestralidades, combate desigualdades e forma sujeitos capazes de atuar na sociedade com consciência crítica, responsabilidade ética e respeito à diversidade.

Enquanto a política de relações étnico-raciais ensina sobre cultura e história, a política antirracista mostra como a escola deve agir todos os dias para combater o racismo. Ela nos lembra que o racismo ainda existe e afeta a vida das pessoas, e que

a escola tem responsabilidade de impedir que isso continue acontecendo. Por isso, a política antirracista se concentra em atitudes práticas e constantes.

6.7. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O Núcleo Regionalizado D, formado pelo Prédio Escolar José da Silva Correia e pelo Grupo Escolar Aristides José de Freitas, atende comunidades rurais cuja dinâmica de vida, trabalho e cultura molda profundamente as práticas pedagógicas de suas escolas. Nesse território, onde tradição e modernidade convivem de forma intensa, a introdução do componente curricular Computação nos anos iniciais representa não apenas uma ampliação curricular, mas um passo decisivo para garantir que estudantes do campo acessem aprendizagens contemporâneas sem perder de vista sua identidade territorial.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme homologação de 2017 e atualização de 2022, institui a Computação como campo estruturante, comprometido com o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida no século XXI.

Em consonância com ela, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (DCRM) — especialmente após a aprovação do Complemento Computação pela Resolução CME nº 03/2024 — assumem que a educação digital e o pensamento computacional fazem parte da formação integral dos estudantes, inclusive nas escolas do campo.

Nesse contexto, o Núcleo Regionalizado D incorpora o componente Computação ao seu Projeto Político-Pedagógico como uma resposta à realidade atual, marcada por novas linguagens, modos de conhecer e formas de participar do mundo. A presença crescente da tecnologia na agricultura familiar, no comércio local, nos serviços públicos e nas interações sociais torna indispensável que os estudantes compreendam criticamente esse universo, dominando não só ferramentas digitais, mas formas de pensar, resolver problemas e criar soluções de maneira lógica e inventiva.

A Computação, tal como definida pela BNCC, se estrutura em quatro eixos fundamentais: **Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e**

Inteligência Artificial. No Núcleo Regionalizado D, cada um desses eixos deve ser trabalhado com intencionalidade pedagógica e sensibilidade para o contexto rural.

1. Pensamento Computacional

Desenvolve a capacidade de formular problemas e construir soluções por meio de raciocínio lógico, decomposição, reconhecimento de padrões e elaboração de algoritmos. Para as crianças do campo, isso significa, por exemplo, investigar fenômenos naturais, organizar dados de colheitas, compreender ciclos produtivos ou analisar situações do cotidiano comunitário sob perspectiva investigativa.

2. Cultura Digital

Promove uma compreensão ética, crítica e responsável sobre o uso das tecnologias. Para estudantes rurais, implica refletir sobre comunicação em redes sociais, segurança digital, uso responsável de dispositivos e preservação de identidades locais em ambientes virtualizados, garantindo que a tecnologia sirva ao desenvolvimento humano e não à sua fragmentação.

3. Mundo Digital

Explora a infraestrutura que sustenta as tecnologias contemporâneas, desde redes de comunicação até sistemas computacionais. Isso permite que os alunos compreendam não apenas como usar tecnologias, mas como elas funcionam — um conhecimento essencial para interpretar processos atuais da agricultura, do comércio rural e da gestão pública digital.

4. Inteligência Artificial

Aborda dados, automação e processos decisórios mediados por algoritmos. Em uma perspectiva humanizadora, estimula debates sobre impactos sociais, avanços, riscos e possibilidades, permitindo que estudantes do campo participem criticamente das transformações tecnológicas que já influenciam o trabalho agrícola, o clima, a economia e a vida comunitária.

No Núcleo Regionalizado D, adotar Computação não significa substituir saberes tradicionais, mas articulá-los às novas linguagens do presente. Os estudantes passam a compreender que há ciência e lógica no preparo da terra, no manejo de sementes, na leitura do clima, na organização da produção e na circulação de

mercadorias. A Computação amplia essas experiências ao permitir que crianças e jovens investiguem, simulem, comparem dados, criem modelos e compreendam processos invisíveis a olho nu.

O Núcleo Regionalizado D reconhece que a inserção de Computação exige formação continuada, voltada para:

- compreensão dos princípios do pensamento computacional;
- uso pedagógico de recursos digitais;
- análise crítica dos impactos sociais e culturais da tecnologia;
- domínio da matriz curricular municipal;
- desenvolvimento de práticas acessíveis e contextualizadas ao campo.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do DCRM ampliado, orienta que toda escola deve garantir condições mínimas de acesso às tecnologias, priorizando equidade e uso compartilhado.

Ao incorporar Computação em seu PPP, o Núcleo Regionalizado D afirma seu compromisso com uma escola que acolhe o tempo presente sem abandonar suas raízes. Os estudantes do campo — crianças, jovens e adultos — merecem estar inseridos nos debates e oportunidades que moldam o futuro, e a Computação torna-se instrumento poderoso para que possam compreender, atuar e transformar o mundo com criticidade, ética e criatividade.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando a conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

6.8. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A assistência estudantil é um apoio aos estudantes para assegurar a sua permanência na instituição educacional pública e melhorar o seu desempenho, como também é um importante componente de promoção da educação integral. Além de ter o objetivo de garantir a democratização das condições de acesso e permanência dos alunos.

O público da nossa escola, a maioria é do entorno e faz uso de meios próprios para chegar até a escola, alguns fazem uso do transporte escolar e a escola conta com um colaborador diariamente que acompanham os alunos durante o percurso do transporte, garantindo a ordem e a segurança e contribui com o processo educacional dos mesmos.

A gestão escolar promove reuniões e **plantão pedagógico** a cada etapa letiva ou quando surge necessidade para aproximar e estreitar a comunicação entre escola e família, isto é importante para conhecer as necessidades e de A escola tem um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes, assegurando que todos tenham acesso e permanência nas aulas.

A escola tem um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes, assegurando que todos tenham acesso e permanência nas aulas. Para isso, é preciso criar um ambiente acolhedor, que favoreça o aprendizado e o vínculo com a vida escolar.

Apesar de todo empenho das equipes, sabemos que ainda existem desafios a superar, e por isso surgem ações coletivas como a **Busca Ativa Escolar**, que mobiliza a escola e alguns agentes da Secretaria Municipal de Educação para acompanhar de perto a presença dos estudantes na escola.

Uma ação expressiva dentro dessa estratégia é o **Dia D da Frequência Escolar**, realizado de forma periódica em todas as unidades da Rede Municipal. Em 2025, por exemplo, completaram seis edições ao longo do ano letivo. Nessa data, a escola intensifica a verificação da presença de cada estudante, revisa registros e realiza uma análise detalhada da frequência ao longo do ano, em especial para aqueles que estiverem com presença irregular.

O Dia D da Frequência é um momento em que toda a comunidade escolar faz um esforço conjunto para promover ações pedagógicas acolhedoras, atividades culturais e rodas de conversa que fortalecem o vínculo dos estudantes com a escola. Também é um dia dedicado a fortalecer o contato com as famílias, compartilhando a importância da presença regular e identificando, de maneira sensível, quais situações podem estar influenciando a ausência escolar.

Nas escolas do Núcleo Regionalizado D, a data é aproveitada para intensificar o trabalho de **Busca Ativa**, com visitas e diálogos nas residências, conversas com responsáveis e articulação. Essa estratégia é orientada sempre com respeito, escuta e cuidado, buscando entender as histórias de vida dos estudantes e oferecendo apoio quando necessário.

A intenção é que a escola seja um lugar de pertencimento, afetividade e cuidado, e que cada estudante sinta que sua presença é importante e valorizada — um olhar que ultrapassa o simples controle de frequência e valoriza a trajetória de cada um.

O Dia D da Frequência Escolar não é apenas um momento pontual de verificação de faltas; ele reforça o compromisso coletivo da escola e da rede municipal com a continuidade da aprendizagem, com o fortalecimento dos vínculos e com a promoção de um ambiente escolar que acolhe, ouve e valoriza cada estudante. Por meio dessa ação, a escola reafirma sua missão de construir, junto com as famílias e

a comunidade, um espaço educacional que protege, incluem e celebra o direito de todos e todas de estar na escola.

7. FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A valorização dos profissionais da educação é um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática e de qualidade. A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, incluindo agentes de portaria, serventes, merendeiras e demais funcionários, são essenciais para garantir um ambiente escolar acolhedor, seguro e propício à aprendizagem.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anguera estabelece que é dever dos servidores participar de programas de capacitação e atualização profissional, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade escolar.

Além disso, o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Anguera destaca a importância da formação continuada como instrumento para o aprimoramento das práticas profissionais e para o fortalecimento da identidade institucional das escolas.

A formação continuada deve ser entendida como um processo permanente, articulado às necessidades reais do cotidiano escolar e às políticas públicas de educação. Segundo Nóvoa (1992), "a formação não se reduz a cursos ou eventos isolados, mas deve ser integrada à prática profissional, promovendo a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento".

Nesse sentido, a formação dos servidores deve contemplar aspectos técnicos, éticos e relacionais, contribuindo para o desenvolvimento de competências que impactem positivamente o ambiente escolar e o processo educativo.

Para efetivar a formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, propõem-se as seguintes estratégias:

- **Cursos e Oficinas Temáticas:** oferecimento de capacitações específicas, abordando temas como segurança escolar, higiene e saúde, atendimento ao público, entre outros.
- **Grupos de Estudo e Trabalho:** formação de grupos interdisciplinares para discussão de práticas e troca de experiências, promovendo a aprendizagem colaborativa.
- **Acompanhamento e Avaliação:** implementação de mecanismos de acompanhamento das ações formativas e avaliação de seus impactos no cotidiano escolar.
- **Parcerias Institucionais:** estabelecimento de convênios com instituições de ensino e organizações sociais para oferta de cursos e programas de capacitação.

A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores são pilares para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade. Ao investir na capacitação dos profissionais que compõem o ambiente escolar, as escolas do Núcleo Regionalizado D reafirmam seu compromisso com a educação integral e com a valorização de todos os membros da comunidade escolar.

7.1. COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

Legalmente a escola precisa articular ações de integração entre família e escola como o objetivo de contribuir na formação cidadã dos alunos. Sendo assim, nossa escola busca compreender os motivos de possível distanciamentos entre família e escola e tenta criar estratégias envolvendo os membros do conselho escolar, para estreitar esta relação como: reunião, feira de conhecimento, encontro pedagógico, prestação de contas.

A escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Para que estes ideais saiam do papel e se transformem numa realidade concreta na vida de nossos educandos, é necessário que sejamos capazes de criar comunidades educativas, pode-se elencar que na nossa escola temos como diretrizes:

- ✓ Organizar e executar sua proposta pedagógica;

- ✓ Gerir seu pessoal e seus recursos materiais financeiros;
- ✓ Garantir o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- ✓ Precaver-se pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- ✓ Fornecer meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
- ✓ Unir-se com as famílias, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- ✓ Avisar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos

8.0. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido na escola, pontuando as exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização social e gestão.

Os princípios que norteiam (PPP) são: participação, gestão democrática, autonomia e trabalho coletivo, onde todos estão interligados entre si, ou seja, um depende do outro para concretizar a construção do Projeto. Tais princípios promovem um ambiente favorável à discussão, debates, construindo fundamentações que impulsionam o desejo de uma escola mais humanizada.

O projeto político pedagógico será o guia de todas as nossas ações, apresentando questões relativas à formação dos professores, contextualizando as especificidades de sua atuação profissional, problematizando a organização curricular como elemento fundamental, garantindo uma formação que articule as dimensões humana, reflexiva, científica e tecnológica. As diretrizes pedagógicas aqui defendidas são orientadas para uma visão curricular que tem como propósito promover um processo formativo referenciado no desenvolvimento de competências profissionais.

A implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) segue as diretrizes estabelecidas pela Portaria SEC nº 41/2025, publicada pela Secretaria Municipal de Educação. Tal portaria instituiu a constituição de uma Comissão Colaborativa especificamente responsável pela atualização e (re)elaboração do PPP do Núcleo

Regionalizado D, envolvendo gestores, equipe pedagógica, professores e representantes da comunidade escolar.

Diretrizes Fundamentais

1. Formação da Comissão Colaborativa

A Portaria orienta a composição da Comissão, assegurando a participação coletiva de segmentos-chave da comunidade escolar. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de construção ou revisão do PPP, garantindo representatividade e transparência em todas as etapas.

2. Alinhamento com documentos normativos

O PPP deve estar articulado ao **Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM)**, ao **Regimento Escolar Unificado** e à política curricular vigente, assegurando coerência com as diretrizes pedagógicas e legais do município.

3. Ampliação da gestão democrática

O processo de elaboração do PPP deve operar sob princípios de **gestão democrática**, conforme previsto na legislação educacional e reforçado pela prática da participação ativa de todos os atores escolares — gestores, professores, estudantes, famílias e funcionários — em diálogo aberto e construção compartilhada

4. Cronograma participativo e formação continuada

A Secretaria deve fornecer um **cronograma claro**, com etapas definidas (diagnóstico, construção, audiência pública, revisão e homologação), com integração à Jornada Pedagógica e espaços de Formação Continuada alinhados às necessidades do PPP (como estudo, diagnóstico e socialização de resultados).

Esse conjunto de diretrizes garante que a elaboração do PPP no Núcleo Regionalizado D seja **um processo vivo, democrático e fundamentado em documentos oficiais**, reforçando a identidade da escola, a participação da comunidade e a qualidade educativa.

8.1 O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO DO PPP

O Projeto Político Pedagógico da Escola José da Silva Correia e Aristides José de Freitas, foi construído tendo a participação de toda comunidade escolar, a mesma se deu por meio de formulários que foram elaborados contendo questionamentos sobre todos os aspectos que envolvem a unidade, desde a gestão, o pedagógico, estrutura física, como o que poderia ser futuramente construído.

Para a construção do documento realizamos pesquisas de campo com visita à Biblioteca Municipal e as famílias que residem desde o início da construção da unidade escolar, como também pessoas que conheciam a história do prédio escolar. Outras fontes também foram utilizadas para o desenvolvimento do mesmo, como livros, artigos, leis federais, estaduais e municipais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) além dos referenciais curriculares, BNCC, DCRB, DCRM, Portaria do Magistério e Regimento Escolar.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento que o sujeito começa a participar do processo educacional ativamente, constrói o seu entendimento sobre coletividade, e em uma ação consciente da significação do ato de fazer acontecer o que estar amparado nas leis, à construção do PPP do Prédio Escolar José da Silva Correia e do Prédio Escolar Aristides José de Freitas nos fez perceber que caminhar juntos é a melhor maneira para solucionar os problemas que surgem e gerar novas alternativas para construir e oferecer uma educação melhor.

A nossa premissa básica para nortear os trabalhos desenvolvidos é visar a formação integral do ser humano com a intenção da obtenção de uma sociedade mais justa para todos. Procuramos sempre envolver a comunidade escolar no processo educativo, pois a mesma é quem tem propriedade para diagnosticar as necessidades, criar caminhos, e serem protagonistas das metas a serem alcançadas.

Acreditamos que uma distribuição equilibrada do poder é a chave para uma gestão democrática atuante e justa, ou seja, todos têm poder de decisão. O gestor

juntamente com o seguimento escolar compreende que a participação, o comprometimento e autonomia, exigem em assumir responsabilidades.

Certamente, ao construirmos este tipo de postura, descobrimos o quanto o Projeto Político pedagógico é necessário para uma instituição escolar e que a coletividade é vantajosa para qualquer ambiente, especialmente em uma instituição escolar, é o momento em que o seguimento da escola e a comunidade local refletem sobre o papel social da instituição frente à formação do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- A CRISE da teoria curricular crítica. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiões do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- ALMEIDA, Peçanha de. *Práticas para a avaliação escolar: dicas e sugestões de como fazer*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- ANGUERA. Bahia. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta curricular referencial de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental*. Anguera, BA: Secretaria Municipal de Educação, 2019.
- ANGUERA. *Documento Curricular Referencial Municipal*. Anguera: Secretaria Municipal de Educação, 2022.
- ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? *Currículo Sem Fronteiras*, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. *Os coletivos do campo e a pedagogia da terra*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BAHIA. *Documento Curricular Referencial da Bahia*. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2018.
- BAHIA. *Referencial Curricular da Bahia – DCRB*. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2023.
- BAZARRA, Lourdes; CASANOVA, Olga; UGARTE, Jerónimo. *Ser professor e dirigir professores em tempos de mudança*. Tradução de Antonio Efro Feltrin. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Pedagogia e Educação – Série Formação Continuada).
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- BRASIL. *Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. *Diário Oficial da União*: Brasília, 2010.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. *Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo*. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. *Educação & Sociedade*, n. 79, p. 125-161, 2002.

CARACTERÍSTICAS da abordagem sociocultural. *Curso Completo de Pedagogia*. Disponível em: <https://cursocompletodepedagogia.com/caracteristicas-da-abordagem-sociocultural/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DANTAS, Tânia Regina. *Paulo Freire em diálogo com a Educação de Jovens e Adultos*. Salvador: EDUFBA, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios do território*. Presidente Prudente: CNPq/UNESP, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

FREIRE, José Carlos Serrano. *Afinal... por que nossos alunos não aprendem?* 1. ed. Niterói: Mahara, 2012.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos*. São Paulo: Moderna, 2014.

HORA, Dinair Leal de. *Gestão democrática na escola*. São Paulo: Papirus, 1994.

LEITE, F. A. *Rumo da educação infantil no Brasil*. Revista *Teias*, Rio de Janeiro, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUNICÍPIO DE ANGUERA. *Plano Municipal de Educação*. Anguera: Secretaria Municipal de Educação, s.d.

MUNICÍPIO DE ANGUERA. *Regimento Escolar Unificado*. Anguera: Secretaria Municipal de Educação, s.d.

NIKITIUK, S. M. L. *Um processo coletivo de formação continuada pelos caminhos da história local*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NUVENS, Jéssica. *As principais correntes pedagógicas e o projeto político-pedagógico*. Slide apresentado em encontro pedagógico realizado em 30 ago. 2013, U.I. Humberto de Campos. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/jessicanuvens5/as-principais-correntes-pedaggicas>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PAULA, Jairo de. *Um dia sonhei minha realidade*. 14. ed. São Paulo: JP Editora, 2003.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEGURA, D. de S. B. *Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2001.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Batista (org.). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Penso, 2014.